



Editorial

Volume 1 - Número 1 (2016)

“Nas grandes batalhas da vida,
o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.
(Mahatma Gandhi)

É com grande satisfação que apresentamos a Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca (RICFDF). Ela é uma publicação acadêmica em formato digital e com periodicidade anual, que recebe contribuições das mais diversas áreas do Direito e ciências afins. Criada e mantida pela Faculdade de Direito de Franca, o periódico é fruto dos esforços dos seus docentes, alunos e funcionários. Começou a ser publicada em 2016, sob a responsabilidade do Núcleo de Informática e Pesquisas Jurídicas e de seu Conselho Editorial. Tem como objetivo dar vazão a toda produção científica oriunda do Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Congresso Anual de Iniciação Científica (CONIC), dos Projetos de Extensão mantidos pela instituição, além da Pós-Graduação “stricto sensu” e também de contribuições externas. Com isso, incentiva a Iniciação Científica na graduação e pós-graduação em Direito, estimulando uma das experiências necessárias à formação de futuros pesquisadores e de profissionais habilitados para atuarem em suas respectivas áreas.

Em seu número 1 do volume 1, esta revista traz quatorze artigos, resultados do diálogo entre o desenvolvimento científico e a pesquisa desenvolvidos entre 2015 e 2016 no Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica mantido pela instituição, no qual os alunos selecionados executaram o seu projeto de pesquisa científica, de acordo com as orientações de docentes internos e externos da casa.

A publicação traz manuscrito da seara da responsabilidade civil, que é sempre envolta em amplas discussões e questionamentos, e, de forma interdisciplinar, trata da responsabilidade civil decorrente do abuso de direito e sobre a eficácia do cabimento ou não de sua aplicação no abandono afetivo. Divulga publicação sobre a situação atual do Sistema Penitenciário Brasileiro,



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO



Faculdade de Direito de Franca

evidenciando a sua precariedade. Nesse sentido, são apresentadas pesquisas que visaram apontar tanto a dificuldade em combater a criminalidade e em colocar fim à reincidência, quanto uma possível solução para a problemática, apresentando a APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

De modo geral, são imensas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais no Brasil. Nesse contexto, é exposto trabalho que explorou os obstáculos ainda não sobrelevados pela Instituição de Ensino Regular Privada, no que diz respeito a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar privado. E foi abordado também como o novo Estatuto da Pessoa com Deficiência influenciou no Código Civil e Código Processo Civil em relação ao casamento e à união estável.

Em outros manuscritos, são considerados alguns órgãos do nosso sistema jurídico, em estudos que analisaram o progresso da Defensoria Pública desde sua institucionalização e a interferência do judiciário na implementação de políticas públicas que visam efetivar direitos sociais fundamentais.

Buscou ainda a revista a tratar dos direitos fundamentais, sendo discutidas três questões relevantes. O primeiro fundamenta-se em sua relação com as tutelas de urgência em face dos princípios do prazo razoável e do contraditório. O segundo, na proteção de direitos fundamentais do Direito Internacional Humanitário pela ação artística foto jornalística expondo o estudo de caso de James Natchwey. E por fim, a respeito do direito fundamental do planejamento familiar, que é estabelecido como livre escolha do casal, obrigando-se o Estado a propiciar os meios médicos e educacionais para que possa ser exercido.

De maneira multidisciplinar, também são abordados temas relacionados ao feminicídio, à importância da Lei nº 13.104/2015 no ordenamento jurídico brasileiro, a um debate sobre o negócio jurídico processual como forma a imprimir eficiência e celeridade na resolução de conflitos, e sobre o combate constante às práticas de trabalho escravo contemporâneo, buscando-se os motivos de a realidade não se encontrar em concomitância com a letra da lei.

Apresenta-se ainda pesquisa inserida no ramo do direito ambiental, com o escopo de analisar o dever do Estado em proteger os Recursos Hídricos, abordando as responsabilidades que



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO



Faculdade de Direito de Franca

são destinadas aos órgãos públicos responsáveis e o que tem sido efetivamente feito. Compõe o número ainda, um artigo que propõe desvendar a natureza da publicidade na advocacia e analisar formas permitidas e vedadas de realizá-la.

Esta é primeira edição da Revista de Iniciação Científica e Extensão da FDF de muitas que virão. Ela está aberta aos colaboradores de toda a comunidade científica, sendo aceitos para publicação artigos inéditos que atendam às normas de publicação da Revista e que representem contribuição relevante ao meio jurídico. Enfim, desejamos a todos uma boa leitura.

O primeiro passo foi dado, que venha a vitória.

Equipe Editorial.